

Superávit primário é de 5,73%, o melhor dos últimos doze anos

Regina Pires
de Brasília

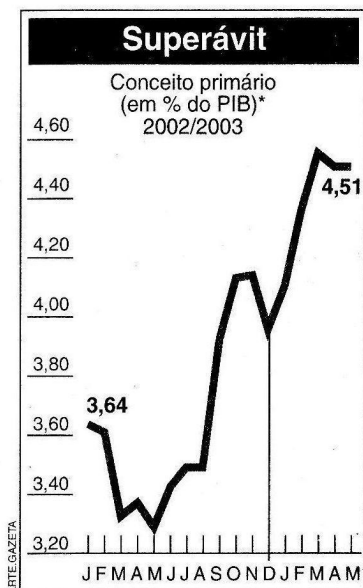
Com o superávit primário de R\$ 36,98 bilhões alcançado de janeiro a maio pelo setor público, não só foi antecipado em um mês o cumprimento da meta acertada pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — de chegar a R\$ 34,5 bilhões em junho — como foi superado o montante, em R\$ 2,48 bilhões. O resultado corresponde a 5,73% do Produto Interno Bruto (PIB), o melhor verificado desde 1991, quando o BC começou a apurar o dado.

O déficit nominal, que incorpora encargos financeiros ao resultado primário, foi deficitário em R\$ 9,8 bilhões no mês. No acumulado no ano até maio equivale a 4,39% do PIB e, nos últimos 12 meses, a 5,08% do PIB. No fim de 2003, o déficit pode chegar a 5% do PIB, disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

Ele observou que, em termos nominais, “a folga existente demonstra haver austeridade fiscal por parte do governo” e admitiu que “se abre, assim, algum espaço para a realização de investimentos.” Em maio, o superávit primário foi de R\$ 4,3 bilhões.

Para o segundo semestre, “não são esperadas margens tão significativas”, principalmente em função do aumento de gastos do fim de ano. O superávit acumulado nos últimos 12 meses alcançou, até maio, R\$ 65,9 bilhões, correspondente a 4,51% do PIB. Governos estaduais e municipais contribuíram com superávits de R\$ 1,703 bilhão e R\$ 106 milhões, respectivamente. As estatais federais apresentaram déficit de R\$ 1,185 bilhão em maio, devido, basicamente, a distribuição de dividendos. Só para o governo federal, a Petrobras, pagou R\$ 585 milhões e a Eletrobrás, R\$ 189 milhões.

O desempenho do governo central (Tesouro, INSS e o BC) foi superavitário em R\$ 3,4 bilhões, praticamente um terço do resultado positivo de abril, de R\$ 10,3 bilhões. Houve queda no resultado



do Tesouro, de R\$ 2,7 bilhões em maio, em relação a abril — mês de forte concentração de arrecadação de impostos. Maio teve número menor de semanas: quatro ante cinco do mês anterior.

A dívida líquida pública manteve-se estável — de 52,1% do PIB em abril para 53,6% em maio, ou R\$ 858,4 bilhões. A apreciação do câmbio que, em abril, proporcionou resultado positivo de R\$ 11 bilhões ao BC, em maio fez movimento contrário. Com a depreciação do real de 2,62%, houve prejuízo de R\$ 300 milhões.

“A carga de juros também continua pesada”, disse Lopes. Os juros acumulados em 12 meses, até maio, são de 21,97%, enquanto que, até maio de 2002, em 12 meses, eram de 18,39%. “Esse comportamento impacta o resultado nominal e o endividamento.” O grau de endividamento externo foi impactado pelo lançamento de bônus globais no valor de R\$ 3 bilhões.

Os gastos com juros, até maio, somam R\$ 65,311 bilhões, 39,68% a mais do que o valor gasto em igual período de 2002. Durante todo o ano passado, as despesas com juros somaram R\$ 114 bilhões.